

Educação inclusiva é tendência mundial

• Especialista analisa situação da Educação Especial na Espanha, Dinamarca, Inglaterra e Alemanha

Marília Coelho

DH
15
ANOS

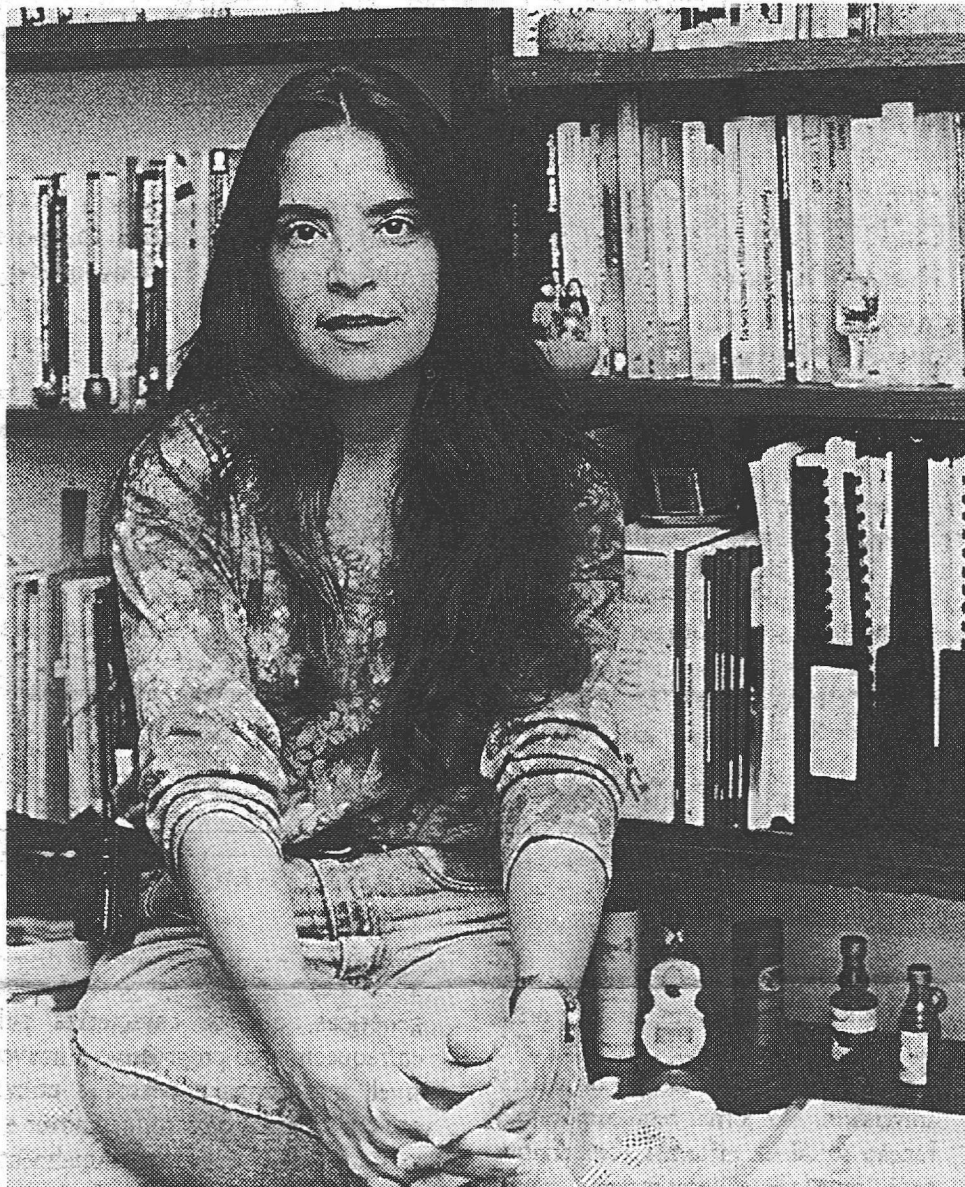
Comparar Educação Especial no Brasil e no exterior não é tarefa simples. A psicóloga Mônica Pereira dos Santos, doutora em Educação Especial pela Universidade de Londres, avaliou a situação em nações como a Espanha e a Dinamarca, dois exemplos de como a educação inclusiva pode ser bem sucedida, e citou a Inglaterra e a Alemanha como "governos em busca de soluções".

Nos países mais adiantados, a política educacional procura respeitar as peculiaridades de cada região, lançando diretrizes básicas que os governos locais vão implantando de acordo com as suas possibilidades. "No exterior, existe um respeito mais visível às diferenças locais, favorecendo com isso políticas descentralizadas, baseadas em princípios que a sociedade tem como certos", explica a psicóloga. E continua: "A educação inclusiva é consequência da visão social de um mundo democrático, sem discriminação, onde direitos e deveres são respeitados. Isto significa que a educação deve ser oferecida a todos, independente de cor, sexo, credo, nacionalidade ou qualquer outra característica que diferencie as pessoas. Quando todos têm acesso ao conhecimento, existem menos chances de segregação. Teoricamente, segregação já virou um palavrão".

Espanha e Dinamarca,
bons exemplos

A declaração de Salamanca, assinada em 1994 como resultado de uma conferência mundial organizada pela Unesco - responsável pelas áreas educacional, cultural e científica da ONU (Organização das Nações Unidas) - e pelo ministério da Educação e Cultura da Espanha - o país mais bem sucedido em termos de implantação do princípio da educação inclusiva - teve grande importância política para a Educação Especial. "Participaram deste encontro representantes de 92 países e de 25 Organizações Não-Governamentais (ONGs) e, desde então, os governos passaram a receber um subsídio documentário, sugerindo e orientando os passos a serem tomados para a reformulação de sistemas educacionais", conta Mônica Santos.

Nos locais em que a Educação Especial está mais avançada, as políticas educacionais são sempre discutidas, nunca impostas. A Dinamarca, por exemplo, não tem nada referente a isto em suas leis, mas segue o princípio básico de que a educação é um direito de todos - inclusive dos portadores de deficiências. Segunda Mônica Santos, "até 1994 o país tinha apenas 0,5% de crianças fora do sistema regular de ensino, independente de seu grau de deficiência. É lógico que devemos levar em conta o



Mônica dos Santos: "segregação é quase um palavrão"

tamanho da Dinamarca, um país mínimo em relação ao Brasil. Mas, historicamente, eles têm tradição democrática, enquanto aqui tudo sempre foi imposto. As discussões só começaram a acontecer nos últimos 15 anos, quando começamos a praticar a democracia. Nós temos a tradição de um sistema paralelo de ensino, o que está começando a mudar. Acredito que é uma questão de tempo, porque existe uma tendência mundial para a educação inclusiva", diz, esperançosa.

Para a psicóloga, o financiamento é outro problema grave no Brasil. Na Espanha, que passou a investir pesadamente no sistema educacional a partir de 1981, tudo é planejado a médio e longo prazos. "No programa deles já constava a reforma da educação e todas as suas sub-áreas, incluindo o combate ao analfabetismo e à Educação Especial. Mas, quando traçaram os planos da sua reforma a nível prático, convidaram as escolas para participarem desta reformulação, como voluntárias", valoriza Mônica.

O incentivo financeiro contribuiu de forma definitiva para o sucesso dos espanhóis nesta área, mas é bom frisar que as mudanças não precisam ser neces-

sariamente caras. De acordo com Mônica, "existem estratégias como a transformação das escolas especiais em centros geradores de recursos humanos, através da formação de professores que vão atender as crianças deficientes na escola regular. A curto prazo, o investimento é grande, mas se pensarmos na vida da população daqui a 30 anos, não sai caro", pondera.

A Espanha acertou em cheio ao conquistar aliados através de financiamentos e compromisso político. Para Mônica, "no Brasil, falta liderança no sentido de arregaçar as mangas e começar a trabalhar. Lá fora, isto tem dado certo. Em 1992, o maior desafio deles era como aplicar o mesmo programa aos alunos que já estavam terminando o 2º Grau, ou seja, ingressando no mercado de trabalho. Isso já implicava em fazer contatos com empregadores de uma forma geral", exemplifica.

Inglaterra e Alemanha
buscam soluções

A Inglaterra não foi tão bem sucedida quanto a Espanha em sua reforma educacional, porque formulou leis sem

garantir um apoio mínimo à sua implantação. "Faltou compromisso, liderança política e muitos lugares ficaram literalmente jogados às traças. Os programas de reforma educacional não podem ficar restritos a um partido político. As propostas têm que ser aprovadas pela nação", opina a psicóloga.

O caso da Alemanha é diferente. O país optou conscientemente por dois sistemas paralelos de educação: a regular e a especial, à qual é dada muita atenção. Segundo conta Mônica, "na Alemanha, a escola especial é cheia de equipamentos e as crianças recebem muito apoio; mas não têm o mesmo currículo e nem participam das mesmas atividades das crianças ditas normais. Isso faz com que cresçam sem terem a consciência de seu papel como cidadãos. Dessa forma, os deficientes acabam sendo excluídos não só dos seus deveres, mas também de seus direitos. Para eles, a questão da integração não é muito viável neste sentido da democracia plena, mas a partir da Declaração de Salamanca, esta questão começou a ser repensada pelos alemães".

O Brasil conta, atualmente, com vários profissionais que trabalham numa estrutura inclusiva, mas nem por isto o governo fica isento de assumir sua responsabilidade. "O Brasil ainda é muito ignorante nesta questão. Fica isolado, não procura saber o que está acontecendo no resto do mundo. Até agora, não vi nenhum partido político que tenha um programa educacional voltado para a escola inclusiva. Na verdade, não estamos falando apenas da escola especial e, sim, de um mundo democrático, onde seja reconhecido que todas as pessoas têm o mesmo valor. Neste sentido, qualquer tipo de discriminação é inconcebível, pois é o preconceito que atribui valores diferentes às pessoas. Ou os políticos acordam para isto, ou nunca acompanharemos o desenvolvimento mundial", observa Mônica Santos. **DH**